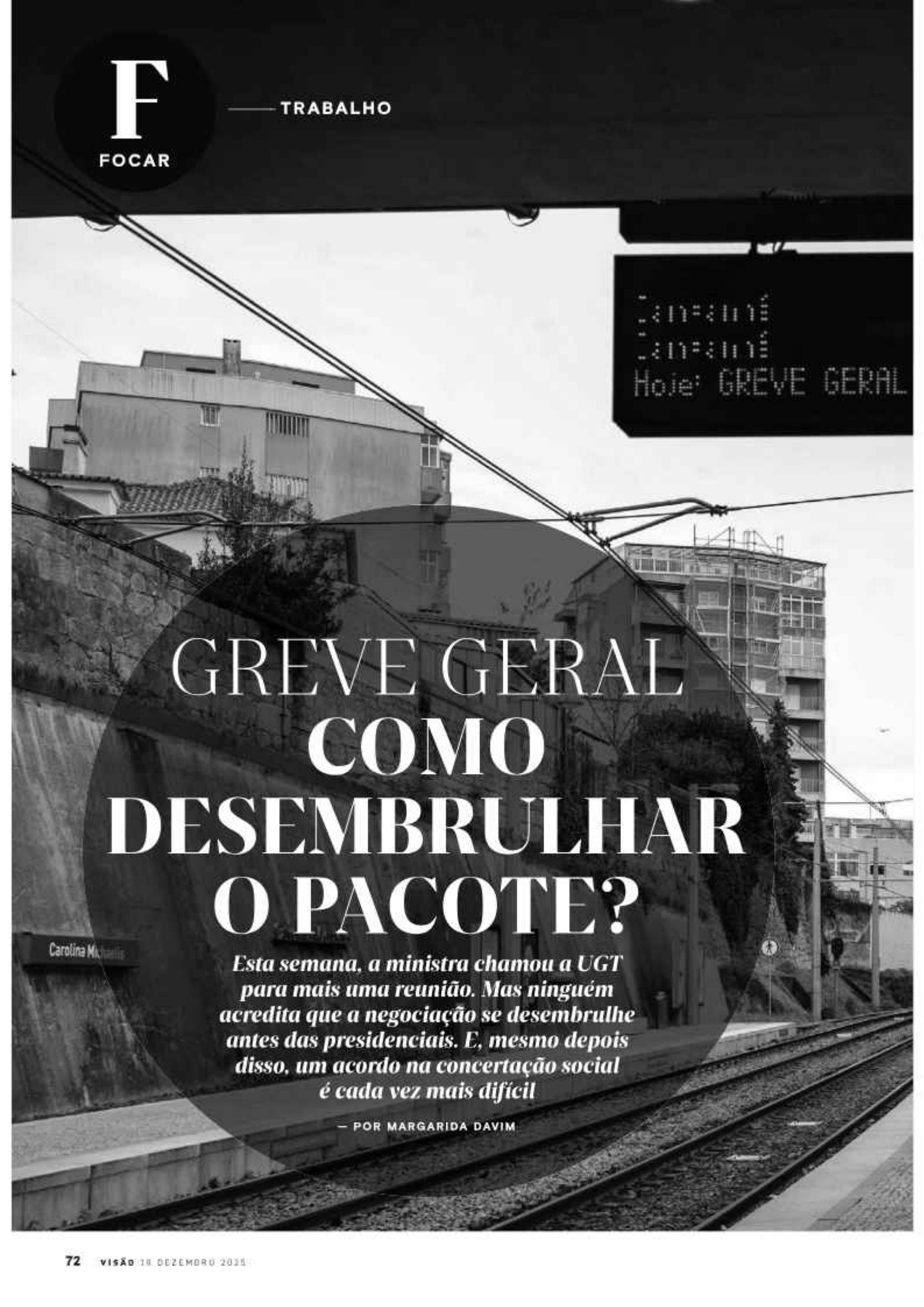




F

FOCAR

— TRABALHO

Hoje: GREVE GERAL

GREVE GERAL COMO DESEMBRULHAR O PACOTE?

Esta semana, a ministra chamou a UGT para mais uma reunião. Mas ninguém acredita que a negociação se desembrulhe antes das presidenciais. E, mesmo depois disso, um acordo na concertação social é cada vez mais difícil

— POR MARGARIDA DAVIM



LUCILIA MONTEIRO

I

"Isto não vai com remendos", diz à VISÃO o secretário-geral da UGT, Mário Mourão, admitindo que, apesar de haver "muita pressão" sobre a central sindical que dirige, "difícilmente haverá algum acordo" na concertação social com o pacote laboral apresentado pelo Governo, mesmo que ele já tenha sofrido alguns retoques desde a versão inicial. Se é certo que a pressão política para um acordo é grande — vários candidatos presidenciais fizeram saber que consideravam essencial ter o acordo da UGT para virem a promulgar as novas leis do trabalho —, as semanas que levaram à greve geral e as grandes manifestações que se viram em vários pontos do País no dia 11 de dezembro fizeram Mário Mourão entender que os trabalhadores estão mesmo contra esta reforma. "A UGT não vai defraudar os que confiaram na UGT", declara.

Mário Mourão que, pela primeira vez, esteve em plenários ao lado do líder da CGTP, Tiago Oliveira, ficou impressionado com o que viu naquilo a que os sindicalistas costumavam chamar o chão da fábrica. "Foi extraordinário. Por onde andámos, as manifestações de apoio foram enormes. As pessoas despertaram. Estão motivadas como já não as víamos há algum tempo", descreve, lembrando-se dos quatro plenários que fez na Autoeuropa — uma das empresas mais afetadas pela greve geral. Mourão esteve em fábricas, em empresas e em escolas e notou uma mudança. "As reuniões com os trabalhadores foram muito mais participadas do que costumam ser."

Tiago Oliveira, líder da CGTP, correu o País de norte a sul nas duas semanas que antecederam a greve geral.

"Estivemos em centenas de plenários até à greve. Foram 15 dias de enorme trabalho", conta à VISÃO, garantindo que nesses dias foram muitas as novas inscrições nos sindicatos afetos à CGTP, fosse por adesão à ideia do sindicalismo ou simplesmente por muitos acharem que só poderiam fazer greve se fossem sindicalizados (o que não é verdade). "Se há algo que se revelou neste processo é que o aumento da sindicalização foi muito significativo."

O contraste entre o entusiasmo dos dirigentes das duas grandes centrais sindicais e a forma como Governo e patrões descreveram a greve não podia ser maior. "As transações na SIBS demonstram se o País está a manter as transações financeiras. A sua atividade comercial e económica está, neste momento, com uma redução de 7% face ao período normal. O trânsito nas pontes, do sul para Lisboa, está a cair 5%", disse o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, garantindo que a paralisação tinha sido quase apenas na função pública e até aí "parcial" e que no privado a adesão andaria entre os 0% e os 10%. "A economia real está a funcionar em todo o País", acrescentou o líder da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa), Armindo Monteiro, segundo o qual apenas "2% a 3%" dos trabalhadores faltaram e na maior parte dos casos devido a constrangimentos nos transportes.

Tiago Oliveira sorri quando ouve estes dados. Desde a véspera da greve que tinha à volta de dez pessoas na sede da CGTP a compilar dados de adesão recolhidos pelos delegados sindicais espalhados pelo País. O resultado dessa recolha está num ficheiro no site da central sindical onde é possível ver, caso a caso, de lotas a fábricas, de escolas a hospitais, de supermercados a grandes lojas, os números da adesão em cada local de trabalho. É a partir desses números que garante que foram três milhões a parar no dia da greve geral. Os dados estão, contudo, sob disputa. A

Mercadona garantia, a meio do dia da greve, que se tinha registado um “zero técnico de adesão”, quando a CGTP dava conta de uma adesão de 50% na plataforma logística de Almeirim.

CGTP VAI FAZER QUEIXAS CONTRA PATRÕES

Tiago Oliveira diz que a guerra dos números reflete outras lutas: como aquela que deverá travar-se agora nos tribunais com os sindicatos a apresentarem queixa contra várias entidades patronais nos locais onde há notícia de pressões para evitar a greve, patrões que pagaram o dia ou descontaram uma folga a grevistas ou tentaram impedir os piquetes de greve (que estão protegidos por lei). “A CGTP irá agregar estas queixas e torná-las públicas”, garante o líder da central.

Se os números da greve foram muito contestados, a forte participação nas manifestações (com uma enorme presença de jovens nas ruas) e uma sondagem da Aximage para o DN parecem ter feito moeda política. Depois de se saber que 61% dos inquiridos neste estudo eram a favor da greve, sendo que 67% dos votantes no Chega e 57% dos eleitores da IL estavam de acordo com a paralisação, não só o chefe de gabinete da ministra do Trabalho pegou no telefone para chamar Mário Mourão para uma nova reunião, como André Ventura se apressou a pôr-se do lado dos grevistas, cerca de um mês depois de atacar a greve como algo que só poderia ser apoiado pela “extrema-esquerda”.

Ventura aproveitou mesmo o estatuto de candidato presidencial para, num debate com Jorge Pinto (apoia-

(que o Governo já deixou cair) e já tinha levantado dúvidas sobre as regras do trabalho por turnos ou a lei (na qual o Governo também já recuou) que ia impedir pais com filhos menores de 12 anos ou com deficiências de recusar trabalhar à noite ou aos fins de semana. Desta vez, o líder do Chega – que tinha defendido a necessidade da flexibilização – disse ser contra a norma que vai permitir às empresas recorrer a serviços externos logo a seguir a um despedimento coletivo e contra a que faz cair a possibilidade de uma empresa ser forçada a reintegrar um trabalhador despedido ilegalmente.

Não é ainda claro que posição tem André Ventura sobre a hipótese de um contrato a prazo ter como justificação o facto de o trabalhador nunca antes ter estado num quadro de outra empresa; a proposta que torna válidos acordos nos quais os trabalhadores prescindem de direitos (incluindo salário) mesmo durante a vigência de um contrato; os bancos de horas individuais que aumentam a imprevisibilidade de horários e reduzem o número de horas pagas ou a forma como a nova lei limita a contratação coletiva e a atividade sindical nos locais onde ainda não há sindicalizados (em tempos o líder do Chega prometeu a criação de uma nova central sindical que ainda não existe). “O que o Governo quer fazer é criar em todos a sensação de vida instável. Naquela lógica liberal: se for uma coisa selvagem, todos contra todos, vamos todos ficar melhor. Isso é errado”, disse citado pela Lusa.

Nos antípodas desta posição está João Cotrim Figueiredo, candidato presidencial

apoiado pela IL, que reconheceu ter havido uma “adesão significativa” à greve geral, mas não vê nesse sinal uma “resistência inultrapassável” e acha mesmo que o Governo

deve insistir em levar a reforma avante. “Se a reforma laboral for, para quem está no Governo, uma questão importante, eu encorajo as pessoas a viverem de acordo com as suas convicções e não com as suas conveniências”, defendeu Cotrim, ainda que apelando a um esforço para “dialogar mais, para tentar mais consensos”.

PRESSÃO NAS PRESIDENCIAIS

A apelar a consensos também têm andado Luís Marques Mendes (apoiado pela AD),

“O que o Governo quer fazer é criar em todos a sensação de vida instável. Naquela lógica liberal: se for uma coisa selvagem, todos contra todos, vamos todos ficar melhor. Isso é errado”

ANDRÉ VENTURA

“Eu discordo da atitude com que se está a negociar”

HENRIQUE GOUVEIA E MELO



Henrique Gouveia e Melo e António José Seguro (apoiado pelo PS). Mendes foi o mais cauteloso de todos, evitando dar a opinião sobre o pacote e dando antes um conselho a Montenegro. "Acho que este acordo que está a tentar ser negociado devia ser um

acordo mais amplo do que apenas o pacote laboral (...), que além do pacote laboral tivesse salários, política de rendimentos, formação profissional, até eventualmente política fiscal", aconselhou

Marques Mendes, apesar de há um ano o governo ter assinado na concertação social um acordo de rendimentos que prevê um aumento do salário mínimo ao ritmo de 50 euros por ano até ao final da legislatura (para chegar aos 1 600 euros de que falava Montenegro na semana passada, seriam precisos 15 anos a este ritmo).

"Porque é que não conseguimos unir-nos à volta de um facto, que é a nossa economia ter de ser mais próspera, pagar melhores salários e não precarizar os trabalhadores?", questionou-se Gouveia e Melo, que já deixou cair a ideia de que vetaria a lei sem acordo na concertação social, que chegou a admitir no podcast *Perguntar Não Ofende*, de Daniel Oliveira. Ainda assim, não deixou de sinalizar a oposição a opções que tornem ainda mais precários os trabalhadores (Portugal já tem 16% de precários, o segundo maior número da Europa). "Uma economia que vai precarizar salários, através da precarização

do sistema de contratação ou de uma demasiada flexibilização desse sistema, não vai desenvolver uma economia de valor acrescentado, vai desenvolver uma economia de baixos salários, de baixo valor acrescentado e modalidades de negócio que vivem de um sistema precário", avisou.

Mais à esquerda do que nunca, Seguro tornou o discurso mais firme. "Volto a fazer um apelo ao governo para que retire esta proposta e inicie novas conversações na concertação social entre empresários e representantes dos trabalhadores", disse, agora mais alinhado com as palavras duras de António Filipe (apoiado pelo PCP), Catarina Martins (apoiada pelo BE) e Jorge Pinto. Para

Filipe, este pacote é "retrocesso muito grave" e "uma profunda ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, que já estão muito fragilizados". Catarina acha que "face à greve, o Governo só pode recuar". E Pinto apontou o dedo ao Governo e à ministra que "não têm querido escutar os portugueses" sobre o tema.

GOVERNO NÃO VOLTA "À ESTACA ZERO"

Perante toda a pressão, Maria do Rosário Palma Ramalho não dá sinais de recuo. "O Governo, obviamente, não está disponível para voltar à estaca zero porque apresentou este anteprojeto legitimado pelo programa eleitoral, pelo programa de Governo e até pelo acordo tripartido que celebrou no ano passado na concertação social, incluindo com a UGT, e que previa que nós fôssemos rever a legislação laboral", disse à RTP Madeira, antes de justificar o facto de não ter chamado a CGTP para uma nova reunião com a alegada falta de vontade desta central sindical de negociar.

"Ainda estamos à espera de que, das propostas que apresentámos, o Governo assumia pelo menos uma. Pelos vistos, ainda não. A CGTP está sempre disposta a reunir, mas confirmamos em absoluto que não discutiremos retrocessos nos direitos dos trabalhadores", reage Tiago Oliveira.

O certo é que a próxima reunião da concertação social está marcada para dia 14 de janeiro, apenas quatro dias antes das presidenciais. E ninguém acredita que possa haver um acordo antes disso. Depois das eleições, a incógnita é sobre se, não havendo acordo com a UGT, o Governo levará o pacote a votos no Parlamento, negociando com o Chega. E se Ventura aceitar as "traves-mestras" definidas pela ministra, fazendo cair só as questões relacionadas com os despedimentos, visao@visao.pt

"Volto a fazer um apelo ao Governo para que retire esta proposta e inicie novas conversações na concertação social entre empresários e representantes dos trabalhadores"

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

"O documento que existe neste momento não será nada, nada, nada parecido com o documento final, porque a negociação que vai ocorrer vai levar a profundas mexidas"

LUÍS MARQUES MENDES

